



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA N° 5/2008

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE MARÇO DE 2008

Aos doze dias do mês de Março de dois mil e oito, nesta cidade de Rio Maior e sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Vice-Presidente da Câmara, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, estando presentes os Vereadores, Manuel António dos Reis Brites, Eng.^a Maria Inês Maurício, António Manuel Rola, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano e João Teodoro Miguel. -----

FALTAS

Foi justificada a ausência do Senhor Presidente da Câmara por se encontrar numa reunião do Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. -----

INÍCIO

Quando eram dez horas e verificando-se a existência de quórum a Vice-Presidente da Câmara, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, declarou aberta a reunião, começando por cumprimentar uma Turma da Escola Profissional de Rio Maior que se encontrava na sala a assistir à reunião, bem como todos os presentes. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e nove Euros e noventa Cêntimos.-----

Operações não Orçamentais: duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e dezasseis Euros e onze Cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada o Presidente havia proferido despachos sobre assuntos emanados da Divisão de Obras Particulares e da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico, bem como da Secção de Contabilidade – neste último caso referente à terceira Alteração/Modificação ao Orçamento da Despesa e à terceira Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano/Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes de 2008 - os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Acta. -----

A Vice-Presidente, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, a presidir, reportou-se à terceira Alteração/Modificação ao Orçamento da Despesa e à terceira Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano/Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes de 2008, esclarecendo os pressupostos da mesma. -----

O Vereador António Manuel Rola solicitou esclarecimentos quanto ao reforço da rubrica “Instituições sem fins lucrativos”.-----

A Senhora Vice-Presidente solicitou ao Chefe de Divisão de Gestão Financeira e

ao Director do Departamento de Educação, Cultura, Acção Social e Juventude que prestassem os devidos esclarecimento, tendo sido referido pelos mesmos que o reforço daquela verba teve a ver a revisão do Contrato-Programa com a Desmor, E.M., oportunamente aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de Câmara.-----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR ANTÓNIO MANUEL ROLA.-----

1. O Vereador António Manuel Rola iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes, bem como, uma turma da Escola Profissional de Rio Maior, que se encontra a assistir à presente reunião, após o que começou por se referir à localização do novo aeroporto e ao movimento pró Ota, referindo-se à decisão do Governo quanto à localização daquele em Alcochete, salientou ter sido uma decisão que surpreendera todos. Assim, reforçou a sua preocupação quanto à não localização daquele aeroporto em Ota, perguntando pelo ponto da situação, nomeadamente, quanto à nova localização, dado estar-se a aguardar um parecer da União Europeia no que diz respeito a questões ambientais. Quanto ao mesmo assunto manifestou alguma estranheza, quanto à intervenção do líder da bancada do PS, na última Assembleia Municipal, o qual manifestara que a não vinda do aeroporto para Ota, poderia trazer melhor qualidade de vida para os riomaiorenses. Salientou, a propósito, que o anterior Presidente da Câmara e todo o Executivo Camarário haviam lutado no sentido de que o novo aeroporto se instalasse em Ota, pelo que não podia concordar com aquela intervenção.-----

1.1 A Vice-Presidente Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Frois de Figueiredo e Silva face à intervenção do Vereador António Manuel Rola, disse ser indiscutível que o Município de Rio Maior e o Executivo Municipal ficaria sempre associado a um movimento nacional de defesa da localização do novo aeroporto de Lisboa, em Ota. Salientou que as intervenções tinham sido publicas, proferidas tanto no

Órgão Deliberativo como no Órgão Executivo, e que o Senhor Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, enquanto Presidente da Câmara fora um dos principais promotores do movimento pró-Ota, estando presente em todas as manifestações e reuniões na defesa daquele objectivo. Assim, referiu, que para o actual Executivo Municipal, a melhor localização para o novo aeroporto de Lisboa, seria em Ota. Relativamente à intervenção que teria sido feita pelo Líder da Bancada do Grupo Parlamentar Municipal do PS sobre aquela matéria, disse que só a ele lhe dizia respeito.-----

Salientou assim, que neste momento, após a decisão governamental, o Município de Rio Maior, pretende minorar os impactos e as expectativas criadas à população pela localização do novo aeroporto de Lisboa em Ota, referindo-se ao facto do Senhor Presidente da Câmara, em conjunto com outros Municípios, estar a encetar, junto do Governo, diligências no sentido de captar investimentos estruturantes, que possam diminuir os impactos negativos da não localização do novo aeroporto de Lisboa em Ota. Finalmente referiu não dispor de mais informação quanto ao processo relativo à sua localização em Alcochete. -----

2. O Vereador António Manuel Rola, na sua intervenção, referiu-se, ainda, ao facto de se estar a entrar no final do 3º trimestre do ano e ainda não se conhecem resultados do QREN, considerando que esse elementos são essenciais para o desenvolvimento do país e em concreto para o desenvolvimento da região e para o Concelho de Rio Maior. Salientou também que, no decurso do último ano, nada fora decidido, a nível de Fundos Comunitários, solicitando possíveis, esclarecimentos quanto ao ponto da situação. -----

2.1 A Senhora Vice-Presidente quanto ao ponto da situação do Quadro de Referência de Estratégia Nacional (QREN) referiu existir, neste momento, uma expectativa a nível nacional quanto à implementação daqueles apoios comunitários, dizendo saber que já são conhecidos alguns regulamentos e alguns programas, conhecendo-se, também, que alguns deles não configuram um modelo fácil, a nível do investimento, sendo, por consequência, necessário a

revisão de alguns desses regulamentos, com o objectivo de se poderem agilizar os processos de candidatura dos Municípios. -----

3. O Vereador António Manuel Rola manifestou alguma preocupação quanto ao desenvolvimento do PROT, plano esse que irá permitir a revisão do PDM de Rio Maior, perguntando, igualmente qual o ponto da situação. -----

3.1 A Senhora Vice-Presidente, quanto ao PROT, referiu que plano se encontra numa fase de inclusão e rectificação de alguns investimentos que estão previstos e que são do domínio público, nomeadamente a nível de novos traçados e da não localização do novo aeroporto de Lisboa em Ota. -----

VEREADOR DR. RUI MIGUEL DO CASAL PINTO GERMANO. -----

1. O Vereador, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano, interveio, começando por cumprimentar os presentes, chamando a atenção para uma intervenção da Deputada Isabel Calisto, na última Assembleia Municipal, a qual subscreve na integra, salientando assim achar importante que se faça uma reflexão sobre a mesma, nomeadamente no que se refere ao estacionamento nas artérias principais da cidade, Avenida Paulo VI e Ruas adjacentes, dado o índice de construção naquela zona. Salientou, ainda, o facto daquela ter sido uma das preocupações dos Vereadores eleitos pelo PSD, aquando da apresentação do projecto de Requalificação da Cidade de Rio Maior, reportando-se ao facto de na reunião onde fora apresentado aquele projecto ter existido uma preocupação notória dos técnicos e do Presidente de então, em provar que os Vereadores da “oposição” estariam enganados na sua apreciação. Mas, em sua opinião verificara-se que, de facto, os lugares de estacionamento são insuficientes, dizendo que neste momento há que pensar muito bem a “qualidade de vida” da cidade, passando pela resposta às necessidades efectivas das pessoas. -----

1.1 A Vice-Presidente referiu que quanto, à intervenção da Deputada Isabel

Calisto, no Órgão Deliberativo, a mesma teve a ver essencialmente com duas questões, nomeadamente a questão do estacionamento na zona central da cidade e a questão particular de um estacionamento para cargas e descargas na Rua Professor Manuel José Ferreira. Quanto a esta última, referiu que a deputada tivera um empenhamento pessoal na resolução daquele assunto, tendo sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da intervenção, que iria verificar junto dos Serviços o que se passava. E esclareceu que, consultados os serviços, verificara-se que tinham sido feitos vários pedidos de estacionamento para cargas e descargas na cidade de Rio Maior, tendo os Serviços entendido que esses assuntos deveriam ser analisados em conjunto, encontrando-se neste momento para análise da Comissão de Trânsito. -----

Quanto à falta de estacionamento na cidade, disse ser essa uma preocupação de todos, referindo-se ao número elevado de automóveis e ao facto do executivo estar a fazer um esforço para resolver o problema, enumerando vários locais de estacionamento, recentemente criados, nomeadamente junto ao Centro de Estágios de Rio Maior, junto à Escola EB, Marinhas do Sal, o novo Parque de Estacionamento na zona histórica da Cidade e, ainda, o estacionamento subterrâneo, junto ao edifício dos Paços do Concelho. -----

2. O Vereador, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano, perguntou qual fora a receptividade às iniciativas apresentadas na penúltima reunião de Câmara, no que diz respeito aos concursos “RM Rock” e passatempo “RM Jovem” – criação do Slogan “Desporto”. -----

2.1 A Vereadora, Eng^a Maria Inês Maurício, face às questões colocadas pelo Senhor Vereador, esclareceu que o Concurso “RM Rock” será um sucesso, dado que até ao momento já foram recebidas as inscrições de cerca de uma dezena de bandas de todo o país, salientando o facto de os serviços ainda estarem a ser contactados por outros interessados em participar. Quanto ao passatempo “RM Jovem”, disse ainda não terem sido divulgados os resultados, dado não ter sido possível reunir o júri, após o que os mesmos serão divulgados de acordo com o

Regulamento previamente aprovado. -----

3. O Vereador, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano, referiu-se, ainda, ao evento “Tasquinhas 2008”, aguardando que seja feito o balanço daquela actividade pelo Vereador da área. -----

3.1 O Vereador Manuel António Brites referiu-se à realização do Certame “Tasquinhas 2008”, dando os parabéns a todos aqueles que participaram na organização do mesmo, pelos excelentes resultados obtidos. Salientou que, a nível de bilheteira, houvera menos ingressos a pagar, mas, mais pessoas a entrar devido ao facto de este ano se ter optado pela existência de mais convites. Disse que ainda não dispunha de todos os dados para poder fazer um balanço final, estando a aguardar a marcação de uma reunião com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, entidade parceira na organização do evento. Informou ainda, pelo que lhe fora dado a saber, os resultados obtidos pelas Freguesias e pelas diversas colectividades representadas no Certame, haviam sido extremamente positivos, contrariando as expectativas iniciais. -----

4. O Vereador, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano, reforçou a ideia da realização de uma reunião com o Senhor Provedor do Município para dar conta do balanço do exercício da actividade daquele, reunião essa que já fora anteriormente prometida. -----

4.1 A Vice-Presidente, quanto à marcação da reunião com o Senhor Provedor do Município, referiu que a mesma poderá ser marcada a qualquer altura de acordo com a disponibilidade de agenda do próprio. -----

VEREADORA MARIA INÊS MAURICIO. -----

A Vereadora, Eng^a Maria Inês Maurício, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dirigindo-se, em especial, aos alunos da

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

Escola Profissional de Rio Maior, que assistiam à reunião de Câmara. Referiu-se de seguida à actividade decorrida no dia anterior no edifício dos Paços do Concelho, nomeadamente a “Fase Distrital do Parlamento dos Jovens” a qual reunira vários jovens do Distrito de Santarém, sendo aquela actividade uma iniciativa da Assembleia da Republica. Referiu-se, ainda, à actividade “Euroescola”, decorrida, igualmente naquele dia, desenvolvida pelo Parlamento Europeu, elogiando a forma como tudo decorrera e salientando o desempenho da Escola Profissional de Rio Maior, que fora vencedora da final do Concurso “Euroescola” e que, como tal, representará o Concelho de Rio Maior. -----

VEREADOR MANUEL ANTÓNIO DOS REIS BRITES.-----

O Vereador Manuel António dos Reis Brites deu conhecimento de várias actividades de âmbito desportivo a realizar, convidando os Senhores Vereadores a estarem presentes.-----

VICE-PRESIDENTE, DRA. ANA CRISTINA LOBATO PINTO FROIS DE FIGUEIREDO E SILVA.-----

A Vice-Presidente, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Frois de Figueiredo e Silva, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, dirigindo-se aos alunos de uma Turma da Escola Profissional de Rio Maior, que se encontram a assistir à presente reunião, informando-os da periodicidade da reunião do Executivo Camarário e disponibilizando-se para que, no final da mesma, pudessem colocar algumas questões, não obstante a presente reunião não ter o período correspondente ao “Atendimento ao Público”. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu-se, ao certame “Tasquinhas 2008”, concretamente, ao sucesso do mesmo, felicitando o Vereador da área, bem como, todos os funcionários envolvidos na realização daquele evento. Reportando-se à distribuição de mais convites naquele certame, salientou o facto de se poder vir a verificar uma quebra na receita do certame, mas que não significaria um decréscimo de visitantes; pelo contrário registara-se um maior número de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

visitantes através do movimento noticiado pelas colectividades ali representadas. A Senhora Vice-Presidente felicitou os alunos da Escola Profissional de Rio Maior, que participaram nas actividades, “Parlamento dos Jovens” e “Euroescola”, tendo os mesmo vencido a fase distrital, tal como acontecera em 2004, em que haviam, inclusive, representado Portugal em Estrasburgo, fazendo votos que o mesmo feito se repita.-----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

OFICIO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS DE RIO MAIOR – AGRADECIMENTO.-----

Foi presente à Câmara um Ofício da Caixa Geral de Depósitos de Rio Maior, datado de 24 de Fevereiro de 2008, relativo a um agradecimento pelo apoio dado aquando da realização da reunião da Direcção.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

RESULTADOS DE ATLETAS RIOMAIORENSES.-----

Foram presentes à Câmara duas Informações da Divisão de Desporto, datadas de 25 de Fevereiro e 3 de Março de 2008, respectivamente, relativas a resultados de atletas riomaiorenses.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Foi aprovado um voto de congratulação por todos os membros do Executivo Municipal, pelos resultados obtidos pelos atletas riomaiorenses.-----

ORDEM DO DIA

DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º. 3 DO ARTIGO 68º DA

LEI N° 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.

RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 18/2008 – CERTIDÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO, EM “TALHO DE CIMA” OU “TALHOS”, FREGUESIA DE MALAQUEIJO, EM NOME DE JAQUELINA GLÓRIA MONTEZ. -----

Foi presente à Câmara o Despacho n° 18/2008, datado de 26 de Fevereiro, relativo a um pedido de Certidão de Domínio Público, em “Talho de Cima” ou “Talhos”, Freguesia de Malaqueijo, em nome de Jaquelina Glória Montez. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o despacho n°18/2008 exarado pelo Sr. Presidente a 26.02.2008, no qual foi determinado emitir a certidão de domínio público, na qual constasse que o prédio em causa é atravessado pela A15, sendo esta do conhecimento e domínio público. -----

RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N°20/2008 – BILHETEIRAS – FEIRA DAS TASQUINHAS 2008. -----

Foi presente o Despacho n° 20/2008, datado de 28 de Fevereiro, relativo às Bilheteiras da Feira das Tasquinhas 2008.-----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho n.º 20/2008, de 28 de Fevereiro, pelo qual foi aprovada a nomeação como coordenadoras das bilheteiras das funcionárias, Ana Paula Henriques Carvalho Marcelino e Maria Teresa Ferreira Canadas Brites; a afectação à venda de bilhetes dos funcionários, Fernanda Agostinho, Celina Maria Santos Bernardino, Maria Deolinda Fernandes Marques e Rui Carvalho; as regras constantes nos pontos 3 a 7, inclusive, referidas na informação anexa. -----

RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N° 22/2008 - REQUALIFICAÇÃO URBANA – PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À EB 1,2,3 MARINHAS DO SAL – ZONA P5 – PROVIDÊNCIA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DE EFICÁCIA DO DESPACHO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

Foi presente à Câmara o Despacho nº 22/2008, datado de 29 de Fevereiro, relativo à processo de Requalificação Urbana – Parque de Estacionamento junto à EB 1,2,3 Marinhas do Sal – Zona P5, no que diz respeito à Providência Cautelar de Suspensão de Eficácia do despacho de Declaração de Utilidade Pública. -----

A Vice-Presidente, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, interveio acerca do presente assunto fazendo um breve historial do mesmo, dizendo ser intenção da Câmara construir um estacionamento na zona junto à Escola EB, Marinhas do Sal, tendo sido feita uma candidatura a apoios comunitários, já devidamente aprovada. E para que aquela obra pudesse ser realizada, fora necessário iniciar um processo de expropriação relativamente a um dos proprietários daqueles terrenos. Quanto aos procedimentos relativos à expropriação em curso, salientou ter sido necessário, realizar a posse administrativa. Face a esse procedimento e dado que a Declaração de Utilidade Pública fora, previamente, declarada pelo Senhor Secretário de Estado, o proprietário viera agora requerer a suspensão de eficácia da Declaração de Utilidade Pública, através de uma providência cautelar. Aditou, ainda, que a eventual suspensão dos procedimentos da expropriação, nomeadamente a posse administrativa, inviabilizaria o cumprimento do prazo da empreitada, o que poderia originar a perda da comparticipação financeira comunitária e poderia, ainda, comprometer a própria execução do projecto, com grave prejuízo financeiro para o Município e para os riomaiorenses. -----

A Senhora Vice-Presidente, ainda na sua alocução, referiu-se ao parecer do Jurista Dr. Victor Batista, apensa ao presente Despacho, fazendo um resumo do mesmo, salientando que a proposta do executivo é de concordar com aquele parecer e manter os procedimentos em causa. -----

O Vereador António Manuel Rola interveio referindo que iria fazer um ponto de situação respeitante aos processos de expropriação, relativos às obras de Requalificação da Cidade de Rio Maior, começando por dizer que em 27 de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

Junho de 2007, fora decidido em reunião camarária a declaração de utilidade pública e consequente posse administrativa, das parcelas de terreno, 107 A, Troço da Estrada Nacional 114, no Gato Preto, da parcela 115 AT e 116 AT, do Parque de Estacionamento junto à Escola EB 1,2,3, assim como as parcelas 1/14, 10 e 11, no troço da Avenida dos Combatentes, tendo questionado na altura se teriam sido esgotadas todas as possibilidades de negociação com os proprietários daquelas parcelas, tendo sido respondido que a aprovação da utilidade pública não inviabilizaria as negociações que estavam a decorrer com os proprietários. E como tal tinham aprovado as propostas do Executivo por unanimidade. O Vereador referiu ainda, que, posteriormente, haviam sido colocados à consideração do Executivo Camarário acordos firmados entre a Câmara e os proprietários, sobre quais manifestara o seu agrado, dado que o objectivo da Câmara é a defesa dos interesses do munícipes. Reportou-se, ainda, a uma ratificação de um Despacho na reunião camarária de 29 de Agosto de 2007, o qual aprovou a utilidade pública para as referidas parcelas, tendo o mesmo sido, igualmente, ratificado por unanimidade.-----

Quanto ao assunto concreto em análise, o Vereador António Manuel Rola referiu-se a uma reunião realizada no dia 31 de Janeiro do corrente ano, onde o proprietário do terreno em apreço apresentara novos dados perante o que fora a anterior avaliação, nomeadamente, no que se refere ao alargamento da estrada, Rio Maior – Marinhas do Sal e à passagem de uma conduta de gás, situação que permitira o aumento do índice de construção em cerca de 10% naqueles terrenos. Naquela mesma reunião, fora salientada uma doação de terreno ao Município de Rio Maior, por parte do avô do actual proprietário, há já muitos anos, para a construção do Pavilhão da Casa do Povo, sendo o restante terreno o que se encontra neste momento em processo de expropriação. O Vereador disse ainda que, o Senhor Presidente da Câmara manifestara nessa reunião que teria todo o interesse em chegar a um acordo com aquele proprietário, dado que o mesmo apresentara novos dados.-----

O Vereador constatara que, desde a data da realização daquela reunião até agora

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

não fora apresentada nenhuma proposta ao proprietário do terreno.-----
Assim, face ao exposto, o Vereador António Manuel Rola questionou sobre o motivo porque, até à presente data, a Câmara não apresentara nenhuma proposta de acordo e porque motivo não se tentara a negociação com o proprietário – dado estar-se presente uma Providência Cautelar. Finalizando, referiu, não colocar em causa o interesse público da construção daquele estacionamento, dado que o seu voto sempre fora favorável para a sua aprovação.-----

O Vereador Manuel António dos Reis Brites interveio, acerca do presente assunto, referindo-se às expropriações da Avenida dos Combatentes e da Estrada Nacional 114, inseridas na Empreitada de Requalificação das Entradas da Cidade, dizendo terem existido ao longo dos tempo negociações que se coroaram de êxito, mas havendo outras em que, por diferenças de avaliação entre os Peritos Avaliadores e as propostas apresentadas pelos proprietários, não se chegara a acordo, sendo a situação do processo em análise. Referiu, também, existir, no caso em apreço, uma grande disparidade no valor apresentado pelo proprietário face ao valor apresentado pelo Perito Avaliador, daí que a negociação se tornara muito difícil e salientando que o interesse público não pode ser prejudicado. -----

O Vereador João Teodoro Miguel interveio, começando por cumprimentar todos os presentes, dirigindo uma saudação muito especial aos alunos da Escola Profissional de Rio Maior. Reportando-se ao assunto em apreço, referiu que a intervenção do Vereador António Rola retrata todo o historial do processo, mas na sua opinião o que está em causa é tentar resolver a questão para que se possa o mais rapidamente possível construir o Parque de Estacionamento naquele terreno, dizendo que tanto a posição do proprietário, como a posição do Município, poderão ser discutíveis, dado que ambas estão na defesa dos seus interesses. Manifestou algum contentamento pelo facto do proprietário ter avançado com uma Providência Cautelar, porque de certa forma poderá salvaguardar os seus interesses, cabendo a decisão final ao tribunal. Contudo a sua posição é o da defesa do interesse público, dado existirem compromissos

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

contratuais com a empresa adjudicatária e disse que o Município irá ser penalizado se não avançar, correndo-se o risco de perder o apoio Comunitário. ---

A Vice-Presidente voltou a intervir, dizendo que a questão em análise tem a ver com a expropriação da parcela 115 AT, que se encontra bem identificada no documento em análise, estando neste momento em causa apenas decidir se o Município irá continuar com a obra, que já se encontra adjudicada, ou, se se irá perder a oportunidade de a fazer de uma forma participada. Quanto às questões colocadas pelo Vereador António Rola referiu, que o Município defende o interesse público, procurando não pôr em causa o interesse dos particulares, mas no caso em apreço não se vislumbra um entendimento, dado a proposta apresentada pelo proprietário do terreno. -----

A Vice-Presidente disse ainda que quanto à negociação do Município com o proprietário, poderá conseguir-se um entendimento em qualquer momento.-----

A Vice-Presidente solicitou ao Dr. Paulo António Pardal Dias Jorge, Director do Departamento de Administração Geral, que prestasse alguns esclarecimentos de âmbito jurídico quanto ao assunto em apreço. Este interveio, salientando que o que está em análise é a ratificação de um Despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, pelo qual o Município de Rio Maior se defende, em igualdade de direitos, na defesa do interesse público, em relação aos direitos do particular. Salientou que o particular dentro dos seus legítimos direitos entendeu colocar em causa, mais uma vez, aspectos processuais e procedimentais de todo o processo expropriativo, apesar de todos os contactos e negociações estabelecidos entre o Município e aquele. E especificou que o interessado, no âmbito dos legítimos direitos que a lei lhe confere, tem utilizado todas as estratégias, prerrogativas e possibilidades para tentar travar o andamento do processo, sendo a questão em análise, mais uma dessas tentativas de entrave. Mais, disse, que ao se analisar a fundamentação apresentada pelo proprietário, para o pedido de suspensão de eficácia, verificar-se-á que as questões levantadas não são as questões fundamentais, relativas ao valor da indemnização, dado que essas serão dirimidas, “à posteriori” em Tribunal. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

O Vereador António Manuel Rola voltou a intervir dizendo ter prestado a devida atenção à explicação do assunto, mas que a sua intervenção tivera toda a razão de existir, dado que fora convidado a participar num processo de negociação tendo-lhe sido transmitido a si e ao proprietário que a partir do momento em que surgissem novos dados se iria fazer uma reavaliação de todo o processo, o que até à data considerava não ter acontecido. Pelo que compreendia que o particular recorresse à Providência Cautelar, dado ser este o seu último recurso, em falta de negociação entre as partes. Mais salientou defender o interesse público, dado que as suas posições sempre tinham sido favoráveis à concretização do presente assunto e de outras de natureza semelhante. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu não ter sido firmada uma contra-proposta por escrito com o Sr. Álvaro Ascenso no período mencionado pelo Senhor Vereador, mas haviam existido contactos e sido realizadas reuniões com aquele no sentido de se chegar a um consenso para resolução do problema. Face aos presentes elementos referiu ter de se aguardar pela decisão do Tribunal em relação ao valor da indemnização solicitado pelo proprietário do terreno. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho em apreço, pelo qual foi autorizado o seguinte: -----

- Prosseguir com os procedimentos inerentes ao processo de expropriação em curso e, designadamente, a realização da posse administrativa agendada para o próximo dia 5 de Março, pelas 10,30 horas; -----
- O seguimento da execução dos trabalhos da Requalificação Urbana – Parque de Estacionamento junto à EB 1,2,3 Marinhas do Sal – Zona P5 e a consequente notificação do adjudicatário para iniciar os respectivos trabalhos;-----
- Dar imediato conhecimento da decisão ao expropriado.-----

O Vereador António Manuel Rola fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Independentemente das questões que coloquei e por coerência fi-lo de uma

forma historial, pois se em 27 de Junho e em 29 de Agosto de 2007 votamos favoravelmente o interesse público daquele terreno, não seria agora que o iríamos inviabilizar. -----

Mas quero deixar aqui um voto de desagrado; - primeiro: pelo facto de me ter sido prometido que havia negociações e elas não existiram até esta data; - segundo: ter tido conhecimento da Providência Cautelar que deveria ter sido facultada para podermos avaliar e aferir daquilo que é o seu conteúdo; terceiro: - votei a favor para que não seja colocado em dúvida que nós defendemos o interesse público.” -----

O Vereador, Dr. Rui do Casal Pinto Germano, fez a seguinte declaração de voto:-

“Relativamente à questão que é aqui objectivamente colocada nós não poderíamos deixar de votar favoravelmente. Não obstante quero deixar uma chamada de atenção para o facto de que, poderíamos ter questionado a utilidade pública daquele terreno, mas não o fizemos na altura certa, também poderíamos ter questionado se o interesse público estaria a ser lesado ou não e se os critérios que estão a ser enunciados lesam ou não ao interesse público daquele terreno. Agora há uma coisa que nós sabemos, de acordo com o historial que aqui foi relatado, é que parece que a Câmara não esgotou as possibilidades negociais, o que tinha sido importante para podermos aferir agora da eventual lesão do interesse público.” -----

SUBSIDIOS E APOIOS

ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE ALCOBERTAS. -----

Foi presente à Câmara uma Informação da Secção de Acção Sócio-Educativa, datada de 15 de Fevereiro de 2008, relativa à atribuição de subsidio à Associação de Pais de Alcobertas, no que se refere a refeições e ao acompanhamento das actividades de Enriquecimento Curricular. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a atribuição de um subsídio à Associação de Pais de Alcobertas, no valor de 616,00€ (seiscentos e dezasseis Euros), de acordo com a Informação em apreço. -----

ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO AO CENTRO DE RECREATIVO E CULTURAL DE ASSENTIZ.-----

Foi presente à Câmara uma Informação da Secção de Acção Sócio-Educativa, datada de 20 de Fevereiro de 2008, relativa ao aumento do valor do subsídio atribuído ao centro Recreativo e Cultural de Assentiz no âmbito do programa de generalização do ensino do Inglês e outras actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, referente à utilização de um espaço propriedade daquele Centro.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar o aumento do valor do subsídio atribuído ao Centro Recreativo e Cultural de Assentiz, no montante de 93,00 € (noventa e três Euros), de acordo com a Informação em apreço. -----

ASSUNTOS DIVERSOS

REFORMA DO MAPA JUDICIÁRIO – PARECER DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES.-----

Foi presente à Câmara um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 12 de Fevereiro de 2008, relativo à reforma do Mapa Judiciário, nomeadamente a emissão de parecer por parte daquela Associação.----

A Vice-Presidente, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Frois de Figueiredo e Silva expôs o presente assunto reportando-se à proposta de reforma do Mapa Judiciário e ao parecer emitido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

O Vereador António Manuel Rola salientou que na documentação em apreço é

solicitado à Câmara em concreto a emissão de parecer quanto à proposta de reforma do Mapa Judiciário.-----

A Vice-Presidente, em resposta ao Senhor Vereador, disse que Câmara não emitira nenhum parecer quanto à presente proposta dado que a própria Associação de Municípios Portugueses ainda se encontra na fase de análise do documento que ainda é de âmbito geral. Efectivamente, a Câmara recolhera e estudara todo o dossier enviado pela ANMP, tendo ficado decidido que, dado ser ainda um projecto, se aguardasse o parecer daquela entidade para que o mesmo pudesse então ser subscrito pela Câmara.-----

A Câmara tomou conhecimento do parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a reforma do Mapa Judiciário e deliberou subscrever os considerandos e as conclusões constantes do mesmo. -----

PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA ANIMAL DO CANIL MUNICIPAL DE RIO MAIOR.-----

Foi presente à Câmara uma Informação da Secção de Taxas e Licenças, datada de 7 de Março de 2008 relativa à proposta de Regulamento do Centro de Recolha Animal Canil Municipal de Rio Maior. -----

A Vice-Presidente reportou-se ao presente projecto de Regulamento e ao seu artigo primeiro onde se poderá encontrar as definições que ajudarão a fazer uma leitura concreta do próprio documento, o qual estabelece as normas a que obedece o funcionamento e a actividade do Centro de Recolha Animal. -----

O Vereador João Teodoro Miguel interveio, acerca do presente assunto, por solicitação da Senhora Vice-Presidente o qual fizera o seu enquadramento, salientado que o presente projecto de regulamento surge na sequência da deliberação tomada na anterior reunião de Câmara relativamente ao Canil

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

Municipal. Mais referiu que o presente regulamento define em concreto o objectivo da Câmara quanto à preservação do bem-estar da população e quanto à recolha de animais, com dignidade. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da Informação em apreço, aprovar a proposta de projecto de Regulamento do Centro de Recolha Animal Canil Municipal de Rio Maior. -----

PEDIDO DE LIGAÇÃO À ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS PELA EMPRESA “INDUSTRIAS CARNES NOBRE, S.A.”.-----

Foi presente à Câmara um ofício da empresa Industrias de Carnes Nobre, S.A., datado de 20 de Fevereiro de 2008, acompanhado por parecer emitido pelo Director do Departamento de Obras Municipais, Ambiente, Águas, Saneamento e Serviços Urbanos, datado de 29 de Fevereiro de 2008. -----

A Vice-Presidente expôs o presente assunto referindo que a empresa Indústrias de Carnes Nobre, vem solicitar à Câmara o pedido de ligação da ETAR daquela empresa à ETAR do Município, e que, de acordo com os pareceres técnicos emitidos não é possível satisfazer o presente pedido dado que a ETAR do Município não tem capacidade para a sobrecarga que iria ter com aquela ligação.

O Vereador António Manuel Rola interveio quanto ao presente assunto perguntou qual a alternativa para a empresa. -----

A Vice-Presidente responde dizendo que terá de ser a empresa a resolver essa questão, podendo fazê-lo através da sua ETAR, tendo em atenção que as descargas feitas para o rio terão de ser controladas de acordo com a licença que detêm no âmbito do domínio hídrico e em cumprimento da legislação respeitante a efluentes e águas residuais. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

O Vereador João Teodoro Miguel interveio, dizendo que a área do ambiente é muito sensível, referindo-se ao facto da ETAR daquela empresa estar devidamente licenciada pela CCDR, obedecendo a determinados requisitos para poder funcionar. Alertou para o facto de, por vezes, as descargas efectuadas não estarem nas melhores condições, daí que isso se reflecta em termos de poluição do rio Maior. Quanto ao pedido da empresa, o Vereador referiu ter-se contactado a empresa Águas do Oeste, tendo-se chegado à conclusão que aquele não poderia ser satisfeito, dado a falta de capacidade da ETAR do Município para fazer o controlo das descargas pretendidas. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, não autorizar a ligação da descarga da Estação de Tratamento de Esgotos das Industrias de Carnes Nobre ao colector Municipal, uma vez que a ETAR de Rio Maior não está dimensionada para receber tal efluente. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, EM TEIRA, FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME DE CASIMIRO MENDES SILVA. -----~

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Domínio Público, em Teira, Freguesia de Alcobertas, em nome de Casimiro Mendes Silva, acompanhado por Informação do Sector de Topografia, parecer da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, certificar que o prédio em causa não ocupa qualquer área do domínio público. ----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO EM “TERRA DE TRAZ”, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ROSARIA REBELO (SOLICITADORA). ---

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Domínio Público, em “Terra de Traz”, Freguesia de Rio Maior, em nome de Rosário Rebelo (Solicitadora),

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

acompanhado por Informação do Sector de Topografia, parecer da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, certificar que a serventia em causa, enquadra-se no artigo 63º da Lei nº2110, pelo que é considerada do conhecimento e domínio público. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO, EM VALE DE ÓBIDOS, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MARIA DE LURDES DA CONCEIÇÃO FERNANDES. -----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Cedência para o Domínio Público, em Vale de Óbidos, Freguesia de Rio Maior, em nome de Maria de Lurdes da Conceição Fernandes, acompanhado por Informação do Sector de Topografia, parecer da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, certificar que o prédio em causa foi efectivamente integrado no domínio público aquando da sua demolição. -----

CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM CASAL DA FISGA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ROSARIA REBELO (SOLICITADORA) – ANULAÇÃO DE ADITAMENTO. -----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Aumento de Compartes, em Casal da Fisga, Freguesia de Rio Maior, em nome de Rosário Rebelo (Solicitadora), acompanhado por Parecer da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, autorizar a anulação do Aditamento nº1 à Certidão nº398/2006, mantendo-se válido o teor desta. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM “VALE GORDO”, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOSÉ PEDRO LÚCIO VALENTIM. -----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Aumento de Compartes, em “Vale Gordo”, Freguesia de Rio Maior, em nome de José Pedro Lúcio Valentim, acompanhado por Informação do Sector de Topografia, parecer da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE CONFIGURAÇÃO DE PRÉDIO, EM QUINTA DA ROSA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ANA MARIA DUARTE BELO (SOLICITADORA). -----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Configuração de Prédio, em Quinta da Rosa, Freguesia de Rio Maior, em nome de Ana Maria Duarte Belo (Solicitadora), acompanhado por Informação do Sector de Topografia, parecer da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, certificar que a divergência de áreas detectada nos prédios em causa, resulta do facto das mesmas terem sido absorvidas pelos arruamentos existentes, conforme assinalado nas plantas anexas ao pedido do requerente. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA, EM ARRUDA DOS PISÕES, EM NOME DE VITORINO DO ROSÁRIO SILVA (ADVOGADO). -----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Viabilidade Construtiva, em Arruda dos Pisões, em nome de Vitorino do Rosário Silva (advogado), acompanhado por Pareceres emitidos pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade certificar que existe viabilidade construtiva para o local em questão, nos termos das informações supracitadas. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA, EM RIO MAIOR, EM NOME DE IRMÃOS LOURENÇO – SOC. IMOBILIÁRIA E DE CONSTRUÇÃO, LDA. ----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Viabilidade Construtiva, em Rio Maior, em nome de Irmãos Lourenço – Soc. Imobiliária e de Construção, Lda, acompanhado por Parecer emitido pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade certificar que não pode reconhecer qualquer capacidade construtiva para o local em questão, de acordo e nos termos das informações supracitadas. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA, EM “CASAS DE MALAQUEIJO”, FREGUESIA DE MALAQUEIJO, EM NOME DE MARIA JÚLIA DA SILVA SERRA (SOLICITADORA).-----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Viabilidade Construtiva, em “Casais de Malaqueijo”, Freguesia de Malaqueijo, em nome de Maria Júlia da Silva Serra (Solicitadora), acompanhado por Pareceres emitidos pela Divisão de

Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade certificar que existe viabilidade construtiva para o local em questão, nos termos das informações supracitadas. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA, EM CIDRAL, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE PAULO C. CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOC. DE SOLICITADORES.-----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Viabilidade Construtiva, em Cidral, Freguesia de Rio Maior, em nome de Paulo C. Carvalho & Graça Figueiredo Lopes – Soc. de Solicitadores, acompanhado por Parecer emitido pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade certificar que existe viabilidade construtiva para o local em questão, nos termos das informações supracitadas. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA, EM, “VALE DE LOJAS”, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ENGRÁCIA MARIA PEREIRA.-----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Viabilidade Construtiva, em “Vale de Lojas”, Freguesia de Rio Maior, em nome de Engrácia Maria Pereira, acompanhado por Parecer emitido pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade certificar que não existe viabilidade construtiva para o local em questão, nos termos das informações supracitadas. ----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA, EM “VALE DO VENTO” OU

“VALE DO GRILLO”, FREGUESIA DE FRÁGUAS, EM NOME DE MARIA DA LUZ DOS SANTOS NEVES GOMES.-----

Foi presente à Câmara um pedido de Destaque de Parcela, em “Vale do Vento” ou “Vale do Grilo”, Freguesia de Fráguas, em nome de Maria da Luz dos Santos Neves Gomes, acompanhado de Parecer emitido pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, certificar que pode ser emitida a respectiva certidão de destaque, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no n.º4 do artigo 6º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 177/01, de 04 de Junho. -----

PEDIDO DE CERTIFICAÇÃO DE ÁREA DE SERVENTIA, EM “CASAL COLAÇO” OU “CASAIS COLAÇO”, ABUXANAS, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE RAQUEL BARBOSA (SOLICITADORA).-----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Área de Serventia, em “Casal Colaço” ou “Casais Colaço, Abuxanas, Freguesia de Rio Maior, em nome de Raquel Barbosa (Solicitadora), acompanhado por Informação do Sector de Topografia, parecer emitido pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade certificar, face às informações supracitadas, que a serventia em causa ocupa, efectivamente, a área de 120m2, área esta integrada no domínio público. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL, NA RUA PRINCIPAL, EM ARRUDA DOS PISÕES, EM NOME DE REDILCAPRA, LDA.-----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Localização Industrial, na Rua Principal, em Arruda dos Pisões, em nome de Redilcapra, Lda, acompanhado por Parecer emitido pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com as informações supracitadas, certificar que não vê inconveniente na instalação do estabelecimento industrial em apreço, desde que salvaguardadas as condicionantes nelas expressas.-----

EDUCAÇÃO E CULTURA

CINETEATRO – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES – PROTOCOLO COM A ESCOLA BÁSICA INTEGRADA MARINHAS DO SAL.-----

Foi presente à Câmara uma Informação da Divisão de Consultadoria e Contencioso, datada de 26 de Janeiro de 2008, relativa à celebração de um Protocolo entre a Câmara Municipal e a Escola Básica Integrada Marinhas do Sal, pela qual se regula a utilização do Cineteatro por aquele estabelecimento de ensino. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a Informação em apreço, autorizar a celebração do protocolo entre a Câmara Municipal e a Escola Básica Integrada Marinhas do sal, pelo qual se regula a utilização do Cineteatro por aquele estabelecimento de ensino. -----

CINETEATRO – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA PROJECTO DE INTERVENÇÃO PRECOCE.-----

Foi presente à Câmara uma Informação uma Informação dos Serviços do Cineteatro, datada de 21 de Fevereiro de 2008, relativa à cedência do Cineteatro para a realização do VI Encontro de Intervenção Precoce de Rio Maior, no dia 10

de Abril do corrente ano.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, autorizar a cedência do Cineteatro ao Projecto de Intervenção Precoce do Concelho de Rio Maior, no dia 10 de Abril, das 09h00 às 17h00. -----

CINETEATRO – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES À ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE DESPORTO DE RIO MAIOR – III SEMANA DE PSICOLOGIA.-----

Foi presente à Câmara uma Informação dos Serviços do Cineteatro, datada de 22 de Fevereiro de 2008, relativa à cedência do Cineteatro à Associação de Estudantes da Escola Superior de Desporto, para os dias 3, 4 e 6 de Março, com vista à realização da III Semana da Psicologia.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, autorizar a cedência do Cineteatro à Associação de Estudantes da Escola Superior de Desporto, para os dias 3, 4 e 6 de Março, com vista à realização da III Semana da Psicologia.-----

CINETEATRO – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA LANÇAMENTO DO ÁLBUM “FADO” DE DIANA GIL.-----

Foi presente à Câmara uma Informação dos Serviços do Cineteatro, datada de 27 de Fevereiro de 2008, relativa à cedência do Cineteatro para o Lançamento do Álbum “Fado” de Diana Gil, no dia 16 de Março. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, autorizar a cedência do Cineteatro para o Lançamento do Álbum “Fado” de Diana Gil, no dia 16 de Março. -----

CINETEATRO – DESPESAS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE

CINEMA. -----

Foi presente à Câmara uma Informação dos Serviços do Cineteatro, datada de 4 de Março de 2008, relativa às despesas referentes à realização de sessões de cinema no Cineteatro. -----

A Câmara, face ao contrato celebrado com a empresa Socorama e nos termos da informação em apreço, deliberou por unanimidade autorizar a despesa a efectuar com as empresas Distribuidoras dos filmes exibidos no Cineteatro, relativamente aos encargos do Fundo de Fomento Empresarial, Transportadora e Direitos de Autor. -----

PAVILHÃO MULTIUSOS – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES - ESPECTÁCULO DE BENEFICÊNCIA.-----

Foi presente à Câmara um Ofício subscrito pelo Rancho Folclórico e Etnográfico Ribeira de Fráguas, e pelo Jornal Rio Maior Noticias, relativo ao pedido de cedência do Pavilhão Multiusos para a realização de um Espectáculo de Beneficência. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a cedência do Pavilhão Multiusos para o Espectáculo de Beneficência, solicitado no ofício em apreço a realizar no próximo dia 4 de Abril. -----

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - JARDIM DE INFÂNCIA DE RIO MAIOR, Nº1 – INTERRUPTÃO LECTIVA DA PÁScoa. -----

Foi presente à Câmara uma Informação da Secção de Acção Sócio-Educativa, datada de 5 de Março de 2008, relativa ao fornecimento de refeições ao Jardim de Infância de Rio Maior nº1, no que se refere à interrupção lectiva da Páscoa. ---

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a realização da despesa total

estimada, no valor de 741,20 € (setecentos e quarenta e Euros e vinte cêntimos), de acordo com a Informação em apreço. -----

APROVAÇÃO DE ACTAS

Foi presente à Câmara a Acta n.º 4, datada de 27 de Fevereiro de 2008. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a referida Acta. -----

ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA

ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO URBANA EM ASSEICEIRA, LOTE 50, SITO EM “VALE OU CASAL DO SEIXAL”. -----

Foi presente à Câmara uma Informação da Secção de Património, datada de 10 de Março de 2008, acompanhada pela Acta Comissão de Análise de Propostas, relativa à abertura de propostas para a alienação do lote de terreno para construção urbana, sito em “Vale ou Casal do Seixal”, em Asseiceira. -----

A Vice-Presidente, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Frois de Figueiredo e Silva, colocou o presente assunto à admissibilidade do Executivo. Ao abrigo da previsão do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o mesmo foi admitido por unanimidade.--

A Câmara deliberou por unanimidade adjudicar definitivamente o lote de terreno para construção urbana, lote nº 50, sito em “Vale ou Casal do Seixal”, em Asseiceira, à empresa Marimaiores – Sociedade de Construções, Lda, contribuinte nº 502599120, pelo valor total de 31 210,00€ (trinta e um mil, duzentos e dez Euros). -----

A Câmara tomou conhecimento que no acto de adjudicação provisória, a empresa

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE MARÇO DE 2008

pagou 7 803,00 € (sete mil, oitocentos e três Euros), correspondentes a 25% do valor total, e que irá pagar o restante no acto da Escritura Pública.-----

ENCERRAMENTO

Quando eram doze horas e trinta minutos, a Vice-Presidente, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pela Vice-Presidente da Câmara e por mim, Paulo António Pardal Dias Jorge, Licenciado, Director de Departamento de Administração Geral, que a redigi. -----

A VICE-PRESIDENTE: _____

O DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL: _____